

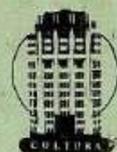
ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL

PRODUZINDO O PASSADO



ORGANIZADOR: ANTONIO AUGUSTO ARANTES

brasiliense



Antonio Augusto Arantes (org.)

Produzindo o passado

**Estratégias de construção
do patrimônio cultural**

brasiliense
B
1984

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
GOVERNO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO
CONDEPHAAT
(Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico)

O caso Pelourinho

*Paulo Ormino de Azevedo**

Sílvia pediu-me que eu me auto-apresentasse. Muitos de vocês eu conheço, pelo menos de vista, e acredito que vocês também me conhecem de outras oportunidades: Paulo Ormino de Azevedo, sou baiano, professor da Universidade Federal da Bahia e trabalho, também, no Governo do Estado, na Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, onde realizamos um trabalho de inventariação do patrimônio cultural. Hoje, no entanto, a minha intervenção se referirá mais à experiência do Pelourinho, segundo a programação que os organizadores deste encontro elaboraram e, no futuro, creio que nos primeiros dias de agosto, vou retornar aqui para discutir, especificamente, os problemas do inventário, seguindo o mesmo programa. Primeiro, eu quero manifestar minha satisfação em estar aqui com vocês e, de outra parte, encontrar um público que pela escala, um número relativamente pequeno de pessoas, se pode estabelecer um debate, um diálogo, após a colocação de alguns problemas que servirão, simplesmente, para motivar esse debate.

Eu começaria fazendo algumas considerações. Primeiro, a minha participação no que se refere à ação que se está implemen-

(*) Paulo Ormino de Azevedo é professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e coordenador de Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia.

tando no Pelourinho é muito, diria, marginal. Eu, na verdade, quando se realizaram os primeiros trabalhos visando intervir no Pelourinho, elaborei para a SPHAN, conjuntamente com outros colegas, um relatório de avaliação traçando diretrizes de ação. Esse relatório, na verdade, não teve maior desdobramento e a então Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia elaborou seus planos e vem atuando, desde aquela época, na área. Mais recentemente, cerca de alguns meses atrás, com essa mudança de governo, o prefeito de Salvador, o Dr. Manoel Castro, com quem eu tinha trabalhado na Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, solicitou que eu fizesse um apanhado, uma coisa muito resumida, para ele se situar com relação ao problema do centro histórico. Na verdade, eu tenho uma participação muito pequena no Pelourinho. Quando recebi este convite, esclareci a situação de que existe um órgão específico atuando na área, que é a antiga Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, hoje transformada em Instituto; e que ela, pelo menos do ponto de vista legal, é que tem condições de responder pelo Pelourinho. No entanto, minha participação, ainda que pequena, e o acompanhamento dessa experiência, pelo fato de me dedicar à restauração e viver na Cidade de Salvador, acho que me autorizam a discutir alguns dos problemas que vou tocar aqui. Aliás, eu devo confessar que não sou nada otimista com relação à situação do nosso centro histórico. A primeira consideração a fazer é que o Pelourinho, como um centro histórico de cidade brasileira, apresenta uma especificidade muito grande. Eu acho que o caso do Pelourinho é um caso muito particular comparado com outras situações de centro histórico brasileiro. Tirando de parte as cidades que se mantiveram inteiras, se preservaram, tipo Ouro Preto, Mariana, Cachoeira e uma série de outros núcleos, que oferecem uma problemática muito simples, se comparada com a de centros históricos engastados, inseridos, em uma cidade maior, mesmo assim, o centro histórico de Salvador tem problemas muito particulares e graves.

Um centro histórico desse tipo, normalmente, sofre alguns processos, como excessiva especialização, em conseqüência do aumento da demanda dos serviços, que é, por sua vez, função de seu crescimento. Por exemplo, a sua transformação num setor exclusivo de prestação de serviços — comércio, bancos, etc. — o que implica uma pressão imobiliária muito grande sobre a área. É um processo que ocorre hoje e foi responsável pela destruição de uma série de centros históricos no Brasil, como é o caso do Rio de Janeiro, de São

Paulo, e de outras capitais brasileiras, e que vem ocorrendo a nível latino-americano em outros países. Estou vindo, agora, de Montevideu e o seu centro histórico está numa situação como esta. Por sorte, o dinamismo da economia uruguaia é pequeno e ainda há muita coisa a preservar. Mas é um centro histórico onde está se dando um processo de especialização muito grande, onde a população primitiva foi em grande parte expulsa e substituída por serviços do tipo bancário, que se encontra em crescente expansão e provocando a destruição do tecido original.

Um outro fenômeno que ocorre, ainda quando se mantêm as funções primitivas, melhor dito — habitação complementada por serviços e atividades afins — é a substituição de um tipo de população por outro, de nível econômico distinto, o que implica mudanças sociais profundas e, também, físicas. Geralmente, ocorre um rebaixamento social quando o centro histórico é marginalizado com relação a novos centros dinâmicos da cidade. Inversamente, se produz uma elitização, quando estes setores são restaurados e valorizados. Este é um dos grandes problemas dos programas que estão sendo implementados na Europa em benefício de alguns centros históricos. O Marais, em Paris, por exemplo, tem um fenômeno muito caracterizado de substituição da população que o ocupava, antes da ação de revitalização, por gente de nível de renda muito mais alta. Isto pode ser evitado se tomarmos cuidados especiais. Um caso particular de especialização funcional é aquele da transformação do centro histórico em setor turístico, ou coisa que o valha. Isso pode ocorrer tanto em cidades inteiras, como é o caso de Parati, como em centros históricos engastados numa cidade maior.

Mas o caso de Salvador é um caso muito particular. É o caso de uma cidade que sofreu um processo de descentralização fortíssimo, extremamente intenso, que fez com que o setor central da cidade, e não apenas o que se convencionou chamar de centro histórico, de Pelourinho, fosse marginalizado de tal modo que, hoje, o distrito central não sofre nem mesmo pressão imobiliária mais forte. Eu posso dar um exemplo. Na Rua Chile, que foi a rua mais movimentada da cidade até pouco tempo, seu maior magazine pegou fogo, há mais de vinte anos, e este imóvel continua fechado. Ali houve, não só a substituição de sua população primitiva por camadas sociais mais pobres, como, também, a retração de outras funções primitivas, até mesmo as ligadas a prestações de serviços. E, hoje, desgraçadamente, o setor central da Cidade de Salvador é uma área abandonada. Abandonada na medida em que o número de

edifícios arruinados, sem ninguém morando, ou simplesmente fechados, é realmente assustador.

Comparando uma fotografia aérea, que se exhibe no próprio Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, tomada cerca de uns quinze anos atrás, quando começava a ação no Pelourinho, com fotos atuais, me dei conta de que o número de ruínas, de construções sem telhado, é, hoje, muito maior do que naquela época, não obstante todo o trabalho feito.

Nesse sentido é que acho o caso de Salvador singular. Talvez o caso mais próximo, se é que se pode fazer um paralelo, seria o de São Luís do Maranhão. Mas eu estive, este ano, em São Luís e constatei que a gravidade dos problemas de São Luís é muito menor do que a dos nossos. A Praia Grande tem alguns sinais de deterioração, mas esse setor da cidade ainda mantém a sua centralidade, ainda mantém a característica de um foco de convergência da população de São Luís. Os problemas ali, não na área delimitada como Praia Grande, para efeito de preservação, senão na área que a continua, área de expansão do século XIX e começo deste século, é de grande pressão imobiliária, por estarem ali as lojas comerciais, as agências de banco. Mas, no caso de Salvador, não. É inteiramente diferente. Não há pressão imobiliária, curiosamente. É uma zona sem interesse do ponto de vista imobiliário. A cada dia é mais marginalizada. Não se pode nem mesmo comparar com o caso de Olinda. Olinda, como vocês sabem, foi originalmente uma cidade distinta do Recife, mas hoje, devido ao processo de metropolização, integra o Grande Recife. A cidade não sofre esvaziamento. Se há uma coisa que ocorre em Olinda, que, de certo modo, não é desejável, é exatamente o processo de elitização. Olinda é, hoje, um sítio buscado. Foi procurada, inicialmente, por uma intelectualidade que queria morar ali como forma de identificação com suas raízes, mas hoje é um fenômeno puramente burguês morar em Olinda. Ela apresenta, dentro daquela planície do Recife, uma condição privilegiada, como colina com vista sobre o mar e refrescada pelos ventos e brisas do mar. É, além do mais, um dos poucos locais do Grande Recife não alagável durante as enchentes.

Eu vejo o caso de Salvador como o caso brasileiro mais grave. Eu acho mesmo que é um dos casos mais graves a nível latino-americano, e com características muito peculiares. Esse fenômeno de descentralização, na verdade, tem origem não muito recente. Mas os últimos vinte anos foram, para a Cidade de Salvador, anos desastrosos. Isto se deve, primeiro, à forma de condução da admi-

nistração da cidade, o que coincide, basicamente, com o período que se inicia em 64. Uma administração feita através de planos setoriais com visões muito estreitas, planos elaborados por tecnocratas, muitos deles sem a menor vivência da Bahia, na base desses pacotes elaborados pelo Governo Federal. Este tipo de gestão provocou em Salvador uma calamidade.

O processo de descentralização, que se fazia de forma espontânea e lenta, a partir desse momento se transforma num processo dirigido e acelerado. É curioso que ao mesmo tempo em que se promovia, deliberadamente, uma descentralização da cidade, se levantava a bandeira da preservação do seu centro histórico. É nesse período que se cria a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Quem conhece Salvador, ou quem teve a oportunidade de viver Salvador, sabe que hoje ela é uma cidade inteiramente destruída. Isto começa basicamente logo após a Revolução, com a realização de uma série de obras que tinham sido, na verdade, previstas no velho plano diretor da cidade, plano Mário Leal Ferreira, elaborado no início da década de 40. Este plano, que não chegou a ser concluído, foi engavetado durante um período de mais de vinte anos. Num determinado momento, o então prefeito resolveu executar, não o plano completo, senão alguns trechos do projeto viário, as famosas avenidas de vale. Já a essa altura havia uma série de empecilhos e o projeto teve de ser adaptado de uma maneira muito primária, prejudicando, principalmente, as articulações do novo sistema de avenidas com a rede tradicional de ruas de cumeeada. Os vales permaneciam, porém, desocupados, o que facilitava sua execução e, além do mais, aquelas obras iam ao encontro de uma série de interesses locais. A colocação de uma infra-estrutura desse tipo, muito cara, permitiu a valorização dos vales e criou oportunidades interessantes de realização de negócios imobiliários. Mas, o problema não se restringiu apenas a isto. De uma forma dirigida, começou-se a fazer a descentralização, com a criação, primeiro, de um centro industrial e um porto, inteiramente desligados da Cidade de Salvador: o CIA — Centro Industrial de Aratu. Eu estou fazendo essa introdução para mostrar que o problema do centro histórico de Salvador está tão ligado a essa política que eu não vejo possibilidade de uma solução, a não ser com a revisão dela. É realmente imprescindível. O Centro Industrial de Aratu, como eu dizia, é uma dessas obras imensas que se fez fora da Cidade de Salvador para a captação dos investimentos provenientes dos incentivos criados pela SUDENE: Foi, então, elaborado um plano

que teve a participação de Sérgio Bernardes, em que os lotes e glebas que foram vendidos às empresas são monstruosos. A dispersão de investimentos públicos nessa área é uma coisa brutal. Um problema que até hoje não foi resolvido é o seguinte: como não existe nenhuma infra-estrutura de serviços, nem habitacional, o Centro de Aratu passou a ser um enclave industrial situado fora da cidade, com toda a força de trabalho morando em Salvador e se deslocando diariamente. Esta é uma situação que até hoje perdura. Todas as indústrias ali situadas têm um sistema de ônibus extremamente ocioso, que funciona de manhã para levar o pessoal e à tarde para trazer de volta. Desde o operário até o técnico, toda essa população é deslocada diariamente. Acho que era uma medida acertada botar a grande indústria poluente afastada, mas não a pequena e média indústria, não-poluente, inclusive porque já existiam certos núcleos espontâneos na periferia da cidade, que foram inteiramente descartados. Recentemente, estão revendo esta política pensando criar um distrito industrial urbano no município de Salvador.

Mais tarde, se implementou um pólo petroquímico — o COPEC — que é outro investimento imenso fora da cidade e que funciona na mesma base. E, como se não bastasse, no início da década de 70, criou-se um novo Centro Administrativo, fora da cidade, inteiramente deslocado, onde estão localizadas todas as Secretarias de Estado. Os problemas de comunicação telefônica são, ainda hoje, terríveis, e o deslocamento dos funcionários o mesmo drama: carros que vão buscar, linhas de ônibus especiais, etc. Estes fatos contribuíram, muito fortemente, para o esvaziamento do centro de Salvador. Todas as Secretarias de Estado foram deslocadas. Além disso, na mesma década de 70, se faz uma outra obra enorme: o Acesso Norte da Cidade do Salvador. É uma dessas obras do Governo Federal, com financiamento e projeto elaborado na Alemanha. Aquela “macarronada” de entrada na cidade criou, deliberadamente ou não, condições favoráveis para o aparecimento de um centro comercial fortíssimo. A localização da estação rodoviária nesse ponto, aliada às facilidades de acesso e estacionamento, fizeram com que também o centro comercial se deslocasse para essa área. Ali estão os *shopping centers* e hipermercados, feitos com investimentos altíssimos e obedecendo a técnicas de vendas moderníssimas. Logicamente, isto decretou a falência do comércio tradicional do centro da cidade.

Se não bastasse tudo isto, nos últimos oito anos tivemos cerca de seis prefeitos, quase que nos rivalizamos com a Bolívia: um

governo por ano. Curiosamente, debaixo de um regime inteiramente vertical, em que o presidente designava o governador, o governador designava o prefeito, e assim por diante, não existiu nenhuma continuidade administrativa. Os prefeitos caíam à menor reação dos grupos de interesse contrariados. Nossas prefeituras, com a política de centralização tributária e política do Governo Federal, não têm a menor autonomia, nem autoridade.

Acho que valeria a pena darmos um corte e voltarmos um pouco atrás para analisarmos o que ocorreu no centro da cidade, mais especificamente naquela área conhecida como Pelourinho. Como eu disse, embora esse processo tenha tomado um caráter dramático nos últimos vinte anos, ele tem origens mais antigas. O centro da cidade começa a se deteriorar — não sei se já poderia dizer deteriorar — mas começa a sofrer modificações sociais a partir do final do século passado. A população que morava no centro, a camada mais alta da sociedade baiana, muito ligada à atividade comercial e do porto, começa a se transferir para a periferia na medida em que são instalados alguns serviços de transporte urbano, como o bonde de burro, depois elétrico, os automóveis, ônibus, etc. A população, que até então morava ali, com a facilidade de deslocamento que esses meios favoreciam e, de outro lado, pressionada pela expansão do comércio que se localizava no centro da cidade, começa a se apropriar de determinadas áreas privilegiadas da cidade, fundamentalmente o espigão da Vitória e Graça, uma área alta e ventilada com vistas sobre a baía, e as praias, começando pela Barra, até atingir o Rio Vermelho.

Começa a agravar-se o processo de especialização, de terciarização do centro. No início deste século, o distrito central sofre uma série de obras que consolidou, ainda mais, a sua centralidade e terciaridade. A primeira, é a ampliação do porto de Salvador, seguida da implantação do sistema de transporte urbano elétrico com terminal no setor central. Isto determina um processo de renovação parcial do centro. A Rua Chile e as ruas que a continuam em direção aos bairros novos da zona Sul, portanto, a Avenida 7 de Setembro e a Rua Carlos Gomes, são alargadas para melhor atender ao transporte daquelas populações que estavam, agora, morando no outro extremo da cidade.

Por um lado, vai se dando, pouco a pouco, a transformação de antigos imóveis habitacionais em edifícios de escritórios, por outro, muitos sobrados sofrem apenas a substituição da população primi-

tiva por usuários mais pobres. O processo é acompanhado do retalhamento do espaço arquitetônico, como forma de recompor a renda perdida. Aquele imóvel grande, anteriormente ocupado por uma só família, para que pudesse proporcionar uma renda razoável tinha de ser, necessariamente, retalhado, já que a população que a substituiu era de nível econômico mais baixo. Dá-se, então, a transformação do sobrado nobre em cabeça de porco. Mas o distrito da Sé mantém, como eu disse, uma função centralizadora muito forte. Os ascensores, que se renovam nesse período, passaram a ter uma função muito importante de articulação dos três níveis de transporte coletivo: Cidade Baixa, ou Comércio, com terminal onde é, hoje, o Mercado Modelo, antiga Alfândega; sistema dos bairros ricos de cumeada, que atendia a Vitória, Graça, Barris, e cujo terminal era a Praça da Sé; e sistema da cidade intermediária, pobre, ou Baixa do Sapateiro, que chegava até a Barroquinha.

A partir do final da década de 50 começa a ocorrer um lento processo de descentralização do comércio, em função de algumas obras públicas, fundamentalmente o túnel Américo Simas e a Avenida do Contorno, que ligaram os sistemas das cidades alta, média e baixa dispensando a passagem pelo centro. A popularização do veículo individual, com a instalação da indústria automobilística no Brasil, nos últimos anos da década de 50, iria favorecer, cada vez mais, a deterioração do sistema de transporte coletivo da cidade, marginalizando os velhos terminais. O comércio começa a acompanhar os novos fluxos de tráfego e avança em direção a Campo Grande, a Vitória e, hoje, já atinge a Graça e o Porto da Barra. O comércio de baixa renda, porque sua clientela sempre foi muito dependente do transporte coletivo, se manteve na Baixa do Sapateiro. A crise que o comércio do distrito central hoje enfrenta, é muito mais do comércio de classe média da Rua Chile, da Avenida 7 de Setembro do que, propriamente, da Baixa do Sapateiro, porque aquele comércio continua a se manter em função da clientela do transporte coletivo. Este mercado foi, por outro lado, menos afetado pelos novos sistemas de venda, como o *shopping center*, o hipermercado, etc.

Este processo vinha se dando de uma forma lenta, pertinaz, mas sem rupturas. A partir da década de 60 é que se produzem as grandes mudanças e se institucionaliza a descentralização. Somente para recordar: começa com a criação do CIA, Centro Industrial de Aratu, prossegue com o COPEC, Centro Petroquímico de Camaçari, com o CAB, Centro Administrativo da Bahia, e com o terminal

rodoviário que atraiu e consolidou um novo pólo comercial, o complexo do Iguatemi.

Além desse problema de esvaziamento funcional, o setor central de Salvador tem mais uma peculiaridade. Ele é uma área de acesso muito complicado. A colina da Sé está separada do Comércio, o setor bancário que se situa junto ao porto, por uma falha geológica com desnível de sessenta e poucos metros, o que torna a comunicação por ali extremamente difícil. A Ladeira da Montanha, feita no final do século passado, é praticamente a única via de ligação. Existem as ladeiras da Misericórdia e do Taboão, mas são ladeiras com *grade* muito acentuado, praticamente só para pedestres. Do outro lado, temos aquela depressão que é a Baixa do Sapateiro, um vale de um rio canalizado, o Rio das Tripas, que separa a Sé de outros bairros como Palma, Nazaré, Saúde, etc. Mais que isso: funcionalmente, o centro é também isolado da cidade que o envolve. Muitos setores do centro histórico, como Pelourinho, Maciel, Passo e Carmo, mantiveram a função habitacional, mas foram separados de outros bairros residenciais por uma via, que desde o momento em que foi aberta, no final do século passado, tomou uma característica de rua comercial, retalhista e artesanal — a Baixa do Sapateiro. Assim, o centro histórico de Salvador está isolado não só por um acidente topográfico, como também funcional. Podemos falar, ainda, de uma outra barreira, a social, ou de preconceito. Pelourinho, Maciel e Passo são discriminados por serem bairros de gente pobre, marginais e prostitutas.

Hoje só se penetra no centro histórico através das suas duas extremidades, que são São Bento e Santo Antônio D'Além do Carmo. No meio não existe nenhum tipo de penetração. Quando se estabeleceu o sistema de bondes elétricos em Salvador, estes partiram da Praça da Sé em direção ao Sul, a zona de gente rica. Em direção ao Norte, ao Carmo, a topografia não permitiu a instalação do sistema de transporte coletivo. Isso fez com que o centro histórico ficasse muito pouco irrigado, sofresse quase uma trombose. Isto, naturalmente, agravou muito o processo de marginalização e deterioração, especialmente de zonas como Pelourinho, Maciel, Passo e Carmo. Neste momento, para vocês terem uma idéia, esse isolamento é ainda maior, na medida em que os ascensores que ligam as cidades baixa e alta funcionam muito precariamente. O plano inclinado levou quase dois anos parado e os elevadores ficam muitas vezes desativados durante várias semanas. A Baixa do Sapateiro, com a implantação do projeto TRANSCOL, um projeto elaborado

pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, no Rio de Janeiro, ou aqui em São Paulo, não sei onde — me desculpem vocês —, mas feito fora de Salvador e sem nenhuma participação local, cometeu os erros mais crassos, mais elementares. Partindo do pressuposto de que havia um congestionamento no centro da cidade, fato que não é verdade, o engarrafamento se dá na segunda linha de cumeada, na Avenida Joana Angélica, estabeleceu-se um sistema de transbordo onde nenhum veículo coletivo vai mais ao centro da cidade, senão que chega até a alguma das estações de transbordo, uma delas é a famosa Estação da Lapa, uma obra extremamente cara e com erros elementares, para dali se pegar um circular até a Praça da Sé. Por outro lado, bloqueou-se a Baixa do Sapateiro, transformando-a numa via exclusiva de táxi e ônibus, e impedindo a sua transposição em qualquer ponto. A Baixa do Sapateiro é hoje, de fato, uma fronteira intransponível. Assim, a acessibilidade ao bairro se transformou num problema ainda mais grave.

Agora vejamos o que ocorreu a nível institucional. Na segunda metade da década de 60 esteve no Brasil, em missão da UNESCO, Michel Parent, que fez um relatório muito simpático ao centro histórico de Salvador. O Governo do Estado cria, então, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, subordinada à Secretaria de Educação e Cultura, para atuar no centro histórico. Esta Fundação, desde o início, enfrenta dificuldades muito grandes. A primeira, para enumerar algumas, é a própria concepção de intervenção no centro histórico. A Prefeitura nunca foi chamada a participar do processo de valorização do centro. Ela sempre se manteve alheia a este problema, ou por insensibilidade ou por incapacidade. De outro lado, a Fundação, como órgão da Secretaria da Educação e Cultura, dispunha de verbas muito pequenas e a problemática do centro histórico, com a complexidade de todo fenômeno urbano — habitação, circulação, trabalho, lazer, etc. — escapava muito da visão simplista do centro histórico como obra de arte. Nunca existiu articulação, nem com a Prefeitura Municipal de Salvador nem com as demais Secretarias de Estado. Com os recursos que, porventura, o governador doava e os obtidos junto ao Programa das Cidades Históricas do Nordeste (a Bahia, por já possuir um órgão estruturado para captar recursos, obteve vários financiamentos) eram realizadas algumas restaurações naquela área. Isso se fez, basicamente, através da compra de imóveis e conversão em equipamento do tipo administrativo ou assistencial da própria Fundação ou, eventualmente, de outros órgãos como o SESC, que instalou ali um

restaurante, ou o Banco do Estado da Bahia. Em conseqüência, creio eu, da impossibilidade da Fundação poder intervir na estrutura social do bairro, ela enveredou por uma linha do tipo paternalista, assistencialista, mas sem tomar nenhuma medida que evitasse, no final das contas, a expulsão daquela população.

Vou me explicar melhor. Devo dizer que havia uma expectativa em determinados setores da sociedade baiana, inclusive setores respaldados por alguns jornais, no sentido de transformar o Pelourinho numa espécie de cartão-postal, numa área para atrair turistas de fora. E a posição da Fundação, justiça seja feita, sempre foi contrária a esse tipo de postura. Ela sempre defendeu que se mantivesse a população ali residente. Mas, por falta dos instrumentos necessários para intervir, a Fundação começou a fazer um política com dois pólos. De um lado, atendia certas exigências que o Governador fazia, e não abria mão, e, de outro, criava um sistema assistencialista. Por exemplo, o Largo do Pelourinho e a Ladeira do Carmo tiveram suas fachadas e alguns imóveis recuperados, porque faziam parte de um roteiro turístico. A realização desse tipo de obra determinou, ainda que indiretamente, uma série de expulsões. Hoje, praticamente, não mora mais ninguém na área do Pelourinho. No Carmo sim. Dos antigos sobrados, muitos foram convertidos em função do tipo institucional ou serviços. A própria Fundação é proprietária de muitos imóveis na zona. Outras instituições também se instalaram na área. A população fixa se deslocou para outros bairros contíguos, como o Maciel, o Taboão e, na maioria dos casos, se instalou em condições piores.

Mas, para compensar este tipo de política imposta pelo Governador, a Fundação começou a implementar um sistema assistencial que consistia em criar escolas, centro de saúde, creche, e uma série de serviços que, na verdade, não resolvem o problema, porque aquela população é extremamente rotativa. Há estudo feitos pelo grupo de sociólogos da ex-Fundação que mostram que os cubículos dos cortiços locais são alugados por uma semana, paga adiantadamente. No fim da semana, o inquilino, não tendo condições de pagar, é despejado automaticamente. Em alguns casos a rotatividade é ainda maior. É uma zona de grande incidência de prostituição, de alta rotatividade mesmo. Toda a população que mora no distrito central de Salvador é uma população de inquilinos. Não tendo se promovido a fixação dessa população, os investimentos realizados só favoreceram a especulação. Aqueles imóveis, hoje, valem mais na medida em que estão em áreas muito visitadas por

turistas. Os proprietários, uma vez que conseguem facilidades para desalojar seus inquilinos, jamais permitem o seu retorno, porque têm em vista alugar o imóvel para um negócio, para um artista plástico, ou para alguém que tenha condições de pagar mais.

Eu diria que as três linhas de atuação da Fundação se concentraram no seguinte: no desenvolvimento de um programa assistencial, nos campos médico, pedagógico e até, de certa forma, habitacional. Vou fazer aqui um parêntese. Tendo a Fundação deslocado a população que habitava o Paço do Ferrão e outros imóveis de sua propriedade para fazer obras, adaptou alguns imóveis seus para utilização por essas pessoas. Não são apartamentos, mas habitações do tipo coletivo, com um sanitário por andar e uma cozinha coletiva. Não se trata de restauração e as unidades não chegam a níveis habitacionais aceitáveis, mas, pelo menos do ponto de vista sanitário e da estabilidade, são melhores que os cortiços da área. Por razões que ignoro, a ex-Fundação adotou uma política de ceder esses imóveis gratuitamente, pelo menos em alguns casos. Em outros, resolveu cobrar um aluguel reduzido. Então, aconteceu um fenômeno curioso. Nos imóveis dados gratuitamente, a população carente vendeu tudo que era possível vender. Desmontaram portas, ferragens, louças sanitárias, assim por diante. A Fundação, por seu lado, deixou de prestar qualquer assistência, seja de conservação, seja de administração. Nos imóveis onde eram cobrados pequenos aluguéis, a Fundação bancou o papel de senhorio, administrando e conservação os imóveis em função da pequena renda produzida. Este contraste chegou a um ponto, segundo alguns colegas nossos que trabalham naquele órgão, que vieram comissões de moradores desses imóveis gratuitos propor a cobrança de um pequeno aluguel, mas que a Fundação administrasse e conservasse os imóveis. A outra linha de atuação da Fundação foram as "restaurações volumétricas", que eram restaurações de fachadas e telhados. Uma operação, na verdade, muito pressionada pelo Governador. A terceira linha consistia em comprar imóveis e restaurá-los dando novas funções, geralmente serviços públicos. Esta política tinha uma outra face, desalojava a população que ali vivia e transformava, cada vez mais, o bairro em um setor de serviços.

Devo fazer um reparo com relação ao programa habitacional. Recentemente, foi firmado um protocolo com o BNH, que possibilita o financiamento de operações de reconstrução de ruínas e terrenos baldios, que são numerosos na área, para a criação de novas unidades habitacionais. Esse sistema implicará, inevitavel-

mente, uma certa seleção. Acredito que muito poucos moradores do Pelourinho terão condições de adquirir esses imóveis, porque essa população é do chamado setor informal, quer dizer, lavador de carro, camelô, prostituta, e não oferecem as garantias mínimas que o BNH exige: emprego fixo, carteira assinada e renda mínima de tanto. Nos programas mais populares do BNH esta renda é de cerca de quatro salários mínimos. Provar que tem uma atividade fixa é uma coisa praticamente impossível para essa população.

As falhas da antiga Fundação, como se viu, decorrem de uma colocação mal feita do problema e da falta de articulação com outros órgãos. O apoio federal desapareceu, na medida em que o Programa das Cidades Históricas foi, praticamente, desativado. Desde que o Ministro Reis Veloso saiu, esse programa passou a dispor de recursos muito limitados e ampliou o seu campo de ação. Era um projeto restrito ao Nordeste com, praticamente, franquias de recursos. De um momento para outro, foi rejeitado pelo novo Ministro do Planejamento e transferido para o Ministério da Educação e Cultura, que dispõe de recursos muito limitados, ao tempo que era estendido a todo o Brasil. Para vocês terem uma idéia, no ano passado os recursos destinados à restauração na Bahia foram de 82 milhões de cruzeiros. Sendo metade repassado ao Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e a outra metade aplicada pela própria SPHAN. Quem está habituado a trabalhar em obras, não precisa ser de restauração, sabe o que significa isto. Olhe que isto foi para todo o Estado da Bahia.

Em função disto, o projeto falhou. Primeiro, pela incapacidade de recuperar economicamente a população local e fixá-la. O programa assistencial, embora tenha amenizado as situações mais dramáticas, não conseguiu, e não pode conseguir, resolver o problema estrutural. Segundo, não conseguiu estabelecer uma segurança mínima no bairro, que permita ser ele utilizado por toda a população de Salvador. Esta é outra falha: consciente ou inconscientemente, a ação implementada no Centro Histórico se dirigiu ou para o atendimento de um público externo à Bahia, o turista, ou para a comunidade microlocal, através de uma visão de tipo assistencialista. Um processo de integração do bairro com a cidade não existe, e cada dia menos, porque se criou um sistema de transporte que dificulta o acesso ao setor central. Além do mais, esta área continua a ser uma zona muito insegura, violenta. É praticamente impossível entrar-se, à exceção de algumas áreas muito limitadas, à noite, no Centro Histórico. Hoje, a população de Salvador vai ao

centro da cidade, não apenas ao Pelourinho, uma vez na vida, para levar um turista, ou por uma razão fortuita, porque o processo de descentralização é tão grande que se pode prescindir do centro da cidade. Pode-se comprar, fazer operações bancárias, fazer contatos com a administração estadual, etc., sem precisar ir ao centro. E não há nenhuma tentativa de re-atrair a população para o centro, através de programas de eventos capazes de restaurar o hábito de viver o centro. Terceiro, não se conseguiu atrair capitais privados para a recuperação do centro, não obstante todos os investimentos feitos pelo poder público. A atitude dos proprietários da zona do Pelourinho é de dois tipos: esperar que o poder público faça investimentos de tal monta na área que venham a beneficiar o seu imóvel, e possibilitar uma boa venda ou, então, esperar que o imóvel caia e, portanto, cesse a razão do seu tombamento, para que ele possa reedificar no mesmo lote um edifício, senão maior, pelo menos mais apto às novas demandas.

Há anos a Fundação publicou editais convidando os proprietários de ruínas, na zona, para entendimentos a fim de estudar seu reaproveitamento ou eventual compra. Nenhum proprietário compareceu. O Pelourinho é, em termos de mercado, uma área cujo futuro não está claramente definido. Para o investidor privado não interessa, neste momento, nenhum investimento, nem a venda. Tendências semelhantes existem em outros centros históricos, mas há, hoje, uma série de mecanismos para controlar este tipo de problema. No momento existe uma grita muito grande da população, expressa através dos jornais, no sentido de cobrar das autoridades uma revisão da ação que tem sido feita no Pelourinho, porque não se resolveram os problemas fundamentais da área.

Tendo eu feito um crítica desse tipo, tão dura, a toda a ação implementada na área, é justo perguntar e discutir quais seriam as propostas de intervenção alternativas. No documento que fiz para o Prefeito Manoel Castro, eu chamava a atenção para os seguintes pontos; primeiro, a solução para o centro tem de começar com uma reavaliação do papel que representa o distrito central na Cidade de Salvador, porque os problemas não se restringem apenas à zona do Pelourinho. Hoje, a Rua Chile, a Piedade, toda a área central oferece os mesmos problemas de falta de segurança, de esvaziamento funcional, de acesso difícil, etc. Considerando o processo, a meu ver irreversível, de descentralização que se instituiu na cidade, deve-se parar para reavaliar qual a função atual e futura daquele bairro.

No seminário realizado, há alguns anos, pela Prefeitura sobre o centro da cidade, o então prefeito de Salvador, Jorge Hage, levantou o seguinte problema: ele recebia um número muito grande de solicitações de proprietários pedindo para transformar os seus imóveis, situados no setor central, em habitação, mas o código de obras não permitia. Os técnicos presentes foram unanimemente contrários a uma revisão do código de obras, porque diziam que a função comercial não podia ser misturada com a habitacional. Eu fui o único que defendi esta hipótese, inclusive a possibilidade de permitir a transformação de alguns imóveis comerciais em habitacionais, porque só um cego não vê que o centro histórico não é mais o centro de gravidade de Salvador.

Um dos aspectos cruciais do problema do centro histórico é discutir qual o seu papel diante da descentralização que ocorreu. Esta definição deverá ser feita em função de certas características que a área possui. O bairro tem uma posição central que é muito importante e muito valiosa em termos de um programa de reanimação. Por outro lado, é um bairro que dispõe de um acervo arquitetônico e urbanístico muito expressivo, além de ter uma concentração de equipamentos culturais razoavelmente grande: teatros, cinemas, museus, templos, etc.

Assim, em primeira aproximação, tem-se a impressão de que o antigo setor central da Cidade de Salvador poderia se transformar numa área de uso misto com funções habitacionais e de serviços, mas com uma certa ênfase no caráter cultural, funcionando como um centro de cultura e de lazer a nível metropolitano. Há um outro aspecto que eu gostaria de chamar a atenção. A CONDER, a Companhia de Urbanização da Região Metropolitana de Salvador, simplesmente ignorou e continua ignorando os problemas do Pelourinho, dentro dessa visão de que o Pelourinho é fundamentalmente um problema cultural. Sempre se fez esta abstração. É como se o Pelourinho não tivesse problemas habitacionais, problemas de circulação, etc. O segundo ponto é uma revisão de todo o sistema circulatório. O TRANSCOL, que se implementou recentemente, parte de pressupostos inteiramente errados. O bloqueio de uma série de ruas aumenta cada vez mais o isolamento do bairro. Eu acho que a circulação na área tem de ser concebida, fundamentalmente, como um meio de reaproximação de toda a população urbana do antigo centro da cidade. Não pode ser nem a visão míope de um Pelourinho exclusivo daqueles que moram nele, nem a hipermetropia de um bairro para consumo daqueles de fora, os turistas. A

visão intermediária, de um bairro integrado na Cidade de Salvador, se perdeu completamente no enfoque que se tem dado ao caso Pelourinho.

Na primeira proposta que eu fiz para o bairro, em 1968, já acesnava com a possibilidade de se criarem pequenas passarelas por cima da Baixa do Sapateiro, capazes de ligar as duas linhas de cumeadas, ou seja, a Sé e bairros como Palma, Saúde, Nazaré, porque a distância horizontal não é grande; o que é grande é o desnível da depressão da Baixa do Sapateiro. Deste modo, as populações que habitam o centro da cidade poderiam se integrar com as de outros bairros que ainda mantêm caráter habitacional. Acho que romper o bloqueio ao centro é outro ponto fundamental a ser encarado.

O terceiro ponto que me parece imprescindível é o aumento da população fixa naquele setor. Eu advogo *não apenas* que a zona do Pelourinho volte a ter função habitacional, como que setores que se transformaram em áreas exclusivas de serviços, como a Rua Chile e ruas contíguas, devam voltar a ter função mista. Em outras palavras, pode parecer absurdo, mas eu advogo a possibilidade de converter antigos edifícios de escritório em pequenos apartamentos. Acho que esta é a única maneira de restabelecer a vida do bairro, porque, hoje, o distrito central é uma zona abandonada, uma terra de ninguém, após o encerramento do expediente. Além do mais, a única maneira de se dar segurança a essa zona é fixando a população. Devemos substituir o sistema de vigilância ostensivo, e muitas vezes violento, por um sistema de vigilância social. E isto é uma coisa que se está fazendo em muitas cidades, inclusive, em algumas sem conotação histórico-cultural. Há um grande projeto em Detroit, na América do Norte, que é basicamente isto. Detroit é uma cidade que entrou num processo de deterioração tremendo, com enormes conflitos raciais em que se incendiaram quarteirões e quarteirões. Chegou a um ponto em que as grandes empresas ali instaladas passaram a ter dificuldades de trazer técnicos para Detroit, porque ninguém queria morar na cidade pela insegurança e instabilidade. O técnico preferia ganhar menos e continuar na Califórnia ou em Nova Iorque porque Detroit não oferecia condições mínimas. As grandes empresas estabelecidas ali, a Ford, a General Motors, etc., resolveram, então, criar um enorme fundo para a renovação urbana. Uma das ações adotadas foi exatamente esta: comprar antigos edifícios de escritórios abandonados desde o último *riot* e transformar em moradias, ao lado de um programa de criação de novas habitações.

Um programa habitacional no centro de Salvador implicaria, primeiro, a criação de novas habitações através da reconstrução dos terrenos baldios que ali existem. Esta é uma linha. A outra seria a reciclagem dos cortiços. Estes dois programas permitiriam um balanceamento populacional, na medida em que existem imóveis congestionados e, também, muitos vazios, que reconstruídos abrigariam o excesso de população. Mas para resolver efetivamente o problema habitacional, e não apenas transferi-lo para outras áreas, é necessário promover a transferência dos imóveis para seus usuários, quer dizer, substituir o atual sistema de grande rotatividade pela fixação da população na zona. Mas isto não é fácil, como vamos ver a seguir.

O quarto ponto é muito importante e está ligado à transformação do terciário informal em força de trabalho formal, produtiva, através de um programa de criação de empregos e de qualificação de mão-de-obra. Logicamente, não se vai resolver os problemas habitacionais da cidade a não ser com mudanças estruturais. Mas se pode, dentro de uma área limitada, implementar uma política de criação de emprego e melhoria das condições habitacionais. Por exemplo, é relativamente fácil a instalação de pequenas manufaturas que utilizem mão-de-obra feminina, muito abundante na zona, ou a criação de oficinas artesanais e de reparação, outra forma de absorção da mão-de-obra pouco qualificada. Essas pequenas cooperativas, por um custo relativamente baixo, conseguiriam dar condições àquela população de adquirir os imóveis recuperados pelo programa de renovação habitacional ou mesmo os reconstruídos em terrenos baldios. As estatísticas internacionais assinalam que com uma inversão de aproximadamente mil dólares, a este nível de tecnologia, se pode criar um emprego, o que é irrisório se comparado com os custos de programas de industrialização de alta tecnologia que exigem grande aplicação de capital e baixa utilização da mão-de-obra.

Uma política desse tipo requer alguns anos, e implica, basicamente, uma ação inteiramente distinta daquela que se adotou, até hoje, no centro histórico. Falta, na verdade, uma decisão política neste sentido. Queira Deus que com a abertura democrática os problemas possam ser discutidos e tenham um encaminhamento diferente. A julgar, porém, pelos últimos indicadores, não se nota nenhuma intenção por parte seja do Governo Federal, seja do Estadual, de encarar o Centro Histórico de Salvador como um problema urbano, em toda a sua complexidade, e com a preocupação, funda-

mental, de integrar esse setor à cidade. Isto é uma coisa urgente, na medida em que Salvador está se transformando numa cidade difícil de viver. É preciso dizer a coisa muito cruamente. Hoje em dia, não se sabe onde é o centro de Salvador. Se você vai tratar de um assunto administrativo, dirija-se ao Centro Administrativo, que está fora da cidade; se vai fazer compras, tem de ir à zona do Iguatemi, periférica a Salvador; se tem de cuidar de negócios, provavelmente terá de ir até o CIA ou o COPEC, em um outro município, e assim por diante.

Eu, agora, vim de Porto Alegre e me surpreendi que o centro da cidade ainda mantém uma vida enorme: gente andando pelas ruas, etc. Em Salvador, o centro não apenas se deslocou, ele desapareceu. Não há nenhum local na cidade onde você veja gente andando na rua, comprando, encontrando pessoas. Eu vi velhos em Porto Alegre que vão ao centro da cidade conversar nas portas das livrarias, na porta das confeitarias. Isto já existiu em Salvador, na Rua Chile, mas não existe mais. Salvador está inteiramente destruída, atomizada. Ou se encara o problema por essa ótica ou, então, não vai haver recuperação do centro de Salvador, nem preservação do Pelourinho.

Há um dado novo que chegou a me animar. Com a situação de decadência a que chegou o centro histórico, os pequenos comerciantes — os grandes ou faliram ou estão subjugados por essas superestruturas que são os *shopping centers* — juntamente com algumas instituições que têm sede ali, como a Igreja, a Associação Baiana de Imprensa e alguns sindicatos, se reuniram para formar uma comissão e cobrar do governo determinadas providências: segurança, limpeza e transporte menos segregador do que o implantado pelo TRANSCOL, um projeto da EBTU que nunca chegou a ser discutido. Formada a comissão, depois de um trabalho enorme de congregar, de reunir gente, fez-se uma solenidade e, por razões que ninguém entendeu, seus membros elegeram presidente o prefeito da capital. Aquilo que deveria ser um *lobby* de pressão, um interlocutor entre a comunidade local e as autoridades, se transformou em uma comissão dependente da Prefeitura. Acho que isto não foi uma solução interessante, nem mesmo para o prefeito. Confundiu-se tudo. Como eu disse no início, não vejo no quadro atual nenhuma perspectiva de mudança imediata, nem mesmo a médio prazo. Tomara que eu esteja enganado.

Franqueio a palavra a vocês.

Debate

Público — Paulo, tem tempo que estou fora de lá, mas andei sabendo que o BNH está financiando habitação lá no Pelourinho. Como é que está funcionando isso?

Paulo Ormino — Há um protocolo firmado com o BNH. Esse protocolo é para que se possa reconstruir nos terrenos baldios, que são numerosíssimos na zona do Maciel, edifícios com pequenos apartamentos para venda. O BNH, que atua na periferia, que atua na cidade de classe média, abriu a possibilidade de também atuar nessa zona, pelo mesmo sistema. Não há modificação nenhuma na mecânica de financiamento. O que eu dizia é que sem um programa em paralelo de qualificação da mão-de-obra informal e transformação em mão-de-obra produtiva formal, o que provavelmente vai acontecer é que nenhum dos moradores, talvez excepcionalmente uns poucos, poderá preencher as condições que o BNH exige: ter emprego fixo, ter carteira assinada, ter renda mínima de quatro ou cinco salários mínimos. Além do que, o BNH parece estar inviabilizado completamente. Agora, nem a classe média consegue acompanhar o BNH. Então, realmente não sabemos como é que vai ficar o programa.

P — Mas aí não combina com o projeto do Instituto do Patrimônio Cultural.

PO — O convênio é com eles.

P — É com o Instituto? Então, como pode funcionar esse tipo de financiamento do BNH com a filosofia de trabalho deles?

PO — O problema é o seguinte: esse é um projeto que foi feito pela antiga administração, a de agora eu não sei como é que o encara, mas a antiga administração foi que deu os primeiros passos. Vão ser feitas as unidades. Os projetos já estão sendo elaborados e, no momento exato, será feita a operação. O BNH financia, o mutuário terá de provar que tem condições de comprar a unidade que vai pagar e, para isto, oferecer as garantias. O que se pergunta é quantos daqueles moradores têm condição de assumir esse tipo de compromisso.

P — Mas isso vai contra a filosofia da permanência do pessoal lá na área.

PO — Certo. É isto que estou dizendo. Esta preocupação com a permanência existiu como um objetivo, mas foi muito mal implementado. Aliás, na medida em que se fizeram conversões funcionais, de um modo ou de outro, houve expulsão de população. O

programa assistencial minora as situações críticas, mas não resolve o problema básico de fixação da população no bairro. O programa de assistência é fundamental, é muito importante, mas se tiver outros mecanismos de fixação. Mas eles não existem por falta do respaldo político e financeiro. Por outro lado, o órgão, a ex-Fundação, tem todos os vícios da administração pública, inclusive uma bagatela de 600 funcionários, o que faz com que seja um órgão com uma inércia muito grande. Há dois anos, ou pouco mais, eu vi um relatório da Fundação. Eles tinham um orçamento em que cerca de 85% dos recursos eram para pagamento de custeio, quer dizer, pessoal e manutenção, e 15%, no máximo, para investimento. Isso é o reverso da equação. Em qualquer atividade de construção, o custo da administração é que é 15% do investimento, e não o contrário. Como se não bastasse, esse órgão, que era uma Fundação e dispunha de uma certa agilidade administrativa, foi transformado em um instituto centralizado. Não só esse órgão, mas muitas das fundações estaduais, como forma de evitar os reajustes semestrais. Com isto, os salários que eram mais altos do que os do funcionalismo público estão congelados até se nivelarem aos dos funcionários, que, no caso baiano, são muito baixos. Naturalmente, a situação é muito desconfortável. A maioria dos arquitetos não saiu porque as oportunidades do mercado, atualmente, são muito pequenas. Reduziu-se a jornada de trabalho, porque o regime de funcionamento das centralizadas é de seis horas diárias. Na verdade, está todo mundo achatado salarialmente... Além do mais, o órgão se inflou, por toda essa política clientelista, a ponto de possuir 600 funcionários de todos os níveis. O Instituto tem de tudo, desde polícia até... médicos. A Fundação criou uma política para vigiar a sua sede, a coleção Abelardo Rodrigues... e mantém uma série de outros serviços. Acho que a Fundação poderia organizar determinados serviços, como um posto médico, mas caberia a Secretaria da Saúde cuidar dele. Tem todo o cabimento que se estruture, até que se faça a obra e que se entregue ao órgão competente, mas não a sua manutenção pelo Instituto.

P — Eu queria fazer uma colocação, uma certa curiosidade. Não existe um órgão em Salvador responsável pelo planejamento de Salvador, tipo... não sei... porque está me parecendo o seguinte: antes de se equacionar o problema do Pelourinho, tem-se de examinar o problema de Salvador. Você citou aí vários centros, não se vê população circulando na rua e tal. Está me parecendo que através de investimentos em obras muito significativas, do ponto de vista inclusive estrutural, desvinculadas umas das outras, que estão re-

percutindo no problema estrutural de Salvador que, sem antes resolver, eu não vejo como se pode equacionar a problemática do Pelourinho, como uma parte dessa estrutura maior que é Salvador.

PO — Exato, perfeitamente. É isto, exatamente, o que eu quis enfatizar. O problema não é só do Pelourinho, o problema é de todo o distrito central de Salvador, de toda a cidade de Salvador. Você pergunta se não existe um órgão. Não, não existe. Já existiu. Existiu uma comissão para elaborar o Plano Diretor. Mas o que acontece? Acontece que cada prefeito, acho inclusive que faz parte de uma estratégia de ação, cria ou incentiva este tipo de coisa, que na verdade cumpre uma função política: imobilizar e comprometer a inteligência local. O último plano tinha coisas inacreditáveis. Um código de obras com trezentas páginas — você pode imaginar — em que estavam previstas todas as situações possíveis e imagináveis. Eu me recusei a ler o código porque é inteiramente impossível de ser consultado. Depois, foge completamente ao espírito da Lei. A Lei tem de ser geral. Parece que faltou capacidade de síntese. Mas não vamos entrar no mérito disto. Durante os dois últimos governos estaduais passaram pela capital seis prefeitos. Cada um deles considerou o plano diretor como um elemento que iria limitar seus movimentos e, portanto, não se interessou em aprová-lo. O plano era discutível, era um plano feito entre quatro paredes, mas nunca chegou a ser aprovado. Então, o que foi que aconteceu na cidade? Implementou-se esses planejamentos parciais, setoriais. Aparece um programa federal com financiamento externo onde até o projeto é importado, e para não perder o financiamento é implantado sem discussão. O pólo petroquímico é um problema de segurança nacional, a área é de segurança nacional, não há o que discutir, está feito. O Centro Administrativo resultou de uma decisão pessoal de um governador. Vou-lhe contar a última: a prefeitura era dos últimos órgãos que ainda estavam no centro da cidade; no final do último governo foi baixado um decreto transferindo a prefeitura para o Solar Boa Vista, no Bairro de Brotas, onde existem problemas gravíssimos de acessibilidade, estacionamento, etc. Além do mais, no Solar não cabe nem o gabinete do secretário. Até hoje, não houve condições para o prefeito se transferir. Mas terá de se mudar. Para administrações inspiradas nesses princípios, ter um plano diretor não interessa. O plano de transporte, o TRANSCOL, tem provocado uma grita de toda a sociedade. É um plano ridículo e custou uma fortuna à cidade. O terminal de ônibus que foi criado na Lapa, projeto arquitetonicamente muito arrojado, tem erros elementares.

Um dos níveis, o subsolo, tem pé direito de talvez 3,5 m e nenhuma chaminé de tiragem de gases. Resultado: a população que usa o terminal não agüenta a poluição. Tem havido caso de pessoas desmaiadas, intoxicadas. Esse é o nível de obra pública que se está fazendo na Bahia. Tudo financiado pelo BID, que está muito interessado em problemas de transporte urbano, como forma de vender o metrô, o pré-metrô, sistemas de sinalização, etc., porque aquilo é, no fundo, um *pool* de capitais americanos, japoneses e alemães para vender equipamentos, como faziam, no século passado, os ingleses com as locomotivas. É por isto que digo que não vejo solução, a curto prazo, para os problemas do Pelourinho. Com essa visão adversa ao planejamento integrado e que considera o centro histórico como uma ilha fora da realidade da cidade, como um fato cultural abstrato, sem rebatimento no plano econômico, social, nem político.

P — Olha, a sua explanação, de certa forma, não fosse o caso de Salvador, poderia ser adotada em qualquer área metropolitana do Brasil. São problemas que afligem as grandes cidades brasileiras, talvez no caso baiano com algum tempero de caciquismo político que é patente por ali. Acho que a sua avaliação, o seu diagnóstico, pelos aspectos que você levanta, não é tanto uma biópsia, mas parece uma necrópsia de uma cidade, aparentemente, pela condição de sem saída que você está colocando em relação aos vários problemas apresentados. Parece uma coisa sem saída. Nesse sentido por que haveria, então, de sua parte, uma apresentação de sua proposta para o novo prefeito, algumas sugestões, se chega a um ponto de crítica tal que parece ser impossível trabalhar em tais condições adversas que não se referem apenas ao problema de patrimônio, de arquitetura ou de planejamento, mas é um problema político por trás de tudo isso? É realmente uma questão sem saída?

PO — Bem, eu acho que não há problema sem saída. Por mais dramático que seja, todo problema tem saída. Eu, antes de responder propriamente a questão que você me colocou, vou lhe dar mais um dado. Os problemas que eu toquei aqui não afetam apenas o centro histórico. O empresariado, que está no Pólo Petroquímico, se queixa que tem custos adicionais muito altos de transporte de pessoal porque não existe transporte coletivo. Para você ter idéia do que é a qualidade e imediatismo desses planejamentos setoriais, basta dizer que não se criou nenhuma infra-estrutura de fixação de população naquela zona. Salvador é, hoje, uma cidade-dormitório desses pólos industriais, que são o CIA e o COPEC. Não é que não

tenha solução. Eu mesmo aponte aqui aquilo que me parece ser a solução. Evidentemente, estas soluções podem ser discutidas e deve haver outras alternativas. O que eu disse é que não vejo, neste momento, no quadro baiano, em que há uma continuação das administrações que cometeram a maioria desses erros, nenhuma perspectiva de mudança. A perspectiva que eu via, e com muita simpatia, era a de uma comissão, nascida dos próprios moradores, para reivindicar melhorias para o bairro. Quando o prefeito me pediu o relatório, ainda não tinha sido eleito presidente da comissão. Pareceu-me ser muito positivo que a Prefeitura, pela primeira vez, começasse a se interessar pelo Pelourinho, como uma área que integra a cidade de Salvador. Abordei todos os pontos que mostrei aqui, fiz a crítica, inclusive. A comissão, pelo compromisso que criou, deixou de ser um grupo de pressão e, deste modo, deixou de cumprir uma função muito importante: cobrar, não somente do município, mas dos Governos Estadual e Federal, uma ação conseqüente para o bairro. A saída existe, e poderá se concretizar com o processo de abertura política, na medida em que possamos abrir o debate sobre estes temas e termos governos mais representativos. A saída existe, e começa por uma reavaliação da cidade segundo critérios realistas. Ninguém pode ignorar que se concentrou em um ponto periférico da *urbe*, o Iguatemi, o terminal rodoviário, o acesso Norte, ou que existe um distrito industrial divorciado da cidade, e um Centro Administrativo deslocado do centro. Estas foram obras feitas pelo arbítrio, durante 19 anos, sem nenhuma discussão. Na medida em que esses problemas possam ser debatidos, eu acho que existe solução. A falta de legitimidade dos nossos prefeitos é, por outro lado, responsável pela debilidade do município perante os grupos de pressão. Para esta debilidade concorre, ainda, a verticalização do sistema tributário brasileiro, que criou as prefeituras mendicantes, sem dinheiro para fazer nada, dependentes sempre do Governo Federal. A debilidade econômica juntada à debilidade política cria um quadro em que os prefeitos das capitais, mesmo designados pelos governadores, não conseguem sobreviver ao conflito com os interesses privados. Por diferentes razões todos caem. Um ano e meio é a vida de um prefeito na cidade de Salvador.

MA — Só para recolocar um ponto que havia colocado de manhã, essa sua observação sacramenta o que havia falado. O entrave para qualquer ação do planejamento urbano é em cima da grande força da individualidade da propriedade privada que não

tem aquele crivo social em cima dela. Administrar uma cidade... realmente os efetivos donos da cidade, que em última análise são os donos da terra urbana, o poder instituído, no momento em que se contraria esses interesses, ele cai. Eu estava citando o caso do Cine Metr pole em Belo Horizonte que é um caso t pico disso. O problema do Cine Metr pole, de uma transa o comercial, virou caso de segurança nacional, porque teria implica es com o PROÁLCOOL. O negócio vai para a esfera federal e vira assunto de tr s ministérios importantes, sobretudo o assunto de segurança nacional que passa para a área do Exército. Na realidade, o que existe no fundo é um interesse de uma transa o comercial de 750 milhões de cruzeiros entre um banco e o maior proprietário. Então, contrariar um interesse desse, o prefeito que   nomeado cai e colocam um outro prefeito que não vai criar problemas para essa estrutura. É um entrave da atividade de planejamento urbano como um todo, que   a força da propriedade privada.

PO — Exato, mas a força da propriedade privada em alguns países e na América do Norte, em particular,   imensa, maior do que entre nós. O que se observa na América Latina e no Brasil, em especial,   que o município não det m nenhum poder: nem político, por falta de representatividade, nem econ mico, pela sua situa o de mendicância. O Governo Federal ocupou todo o seu espaço. Através dessa  tica iluminista, do despotismo esclarecido, os tecnocratas do Governo Federal julgam deter a inteligência nacional e decidem o melhor para Salvador, o melhor para Belo Horizonte, etc., interferindo sem a menor cerim nia. É fundamental para o planejamento urbano a existência de um município forte, porque são o município pode ter uma visão integrada da cidade. A visão da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, por exemplo, é a visão particular de uma companhia preocupada apenas na economia dos meios de transporte. Nenhum outro fator importa. Elimina-se a decisão política, um elemento fundamental no processo de planejamento, e tenta-se legitimar o arbítrio por aquela parafernália dos modelos simulados a ponto de não se poder discutir nada, porque teria sido resultado de "n" horas de computador. Como se o computador pudesse decidir algo. O computador é o que eles programam. Mas é isso que eles lançam na nossa cara: "São horas e horas de computa o e você vem me dizer que isso não vai funcionar". O debate é nessa linha. O município não tem nenhuma capacidade de decisão. O município é aquela instância imprensada entre os interesses privados, de que você falava, e do poder, quase

absoluto, do Governo Federal. Toda a tradição urbana européia se fundamenta no município. Se o planejamento urbano funciona na Europa, é porque existe um município forte. Ele detém o poder, dispõe de recursos, tem legitimidade e, conseqüentemente, os problemas são discutidos a nível do município. No Brasil, o município não vale nada, o município não existe.

P — Paulo, gostaria que você colocasse a posição da população de Salvador, porque você falou de uma comissão com representantes de entidades, mas eu gostaria de ter uma idéia mais completa dessa população que vive em Salvador, não nesse centro, mas nos bairros. Ela deve ter uma posição frente ao seu próprio patrimônio. Gostaria de ter um certo panorama.

PO — Essa comissão a que eu me referi é realmente de população que exerce atividade nessa área, basicamente pequenos comerciantes ou associações que estão localizadas ali, que vivem problemas de insegurança e de deficiência de serviços públicos, comuns no centro da cidade. Realmente, não é uma comissão a nível maior da cidade de Salvador. Como é que eu vejo o problema do centro histórico? A população de Salvador, sendo franco, não está muito posicionada sobre o problema. A classe média e os estratos mais altos não negam o valor do centro histórico, mas também não querem intimidade com ele. É aquela coisa de considerar interessante, pitoresco, bom para levar os visitantes, mas jamais pensam em manter com esse centro uma intimidade maior. Já não digo viver, mas trabalhar no centro da cidade. Essa população de classe média e alta está se instalando ao longo das praias, que é a zona mais aprazível. Apropriaram-se de toda essa faixa costeira. Começou na Amaralina, Pituba e por aí em diante. Dá alguns saltos, porque existem imensas áreas que estão controladas por determinados grupos econômicos, e reaparece depois de Itapuã, depois do Aeroporto, em Vilas do Atlântico, em Encontro das Águas, em Pedras do Rio, enormes conjuntos de classe média alta, já fora do município de Salvador, mas dentro da área metropolitana. A visão dessa classe é que o centro histórico é uma coisa interessante, mas que não a afeta. A população de classe baixa foi jogada para o setor norte da cidade, para a Avenida Suburbana, por onde entra a ferrovia. Esta mantém maior contato com o centro da cidade, especialmente através do terminal de ônibus da Barroquinha e do comércio da Baixa do Sapateiro. Mas é uma população que a duras penas tenta sobreviver e que não pode ter veleidades do tipo "se preocupar com o acervo cultural". Está disputando o pão de cada dia. Real-

mente, não vejo uma posição firmada. Há, neste sentido, um movimento grande na Europa de volta ao centro, de viver a cidade. Esta é uma das grandes preocupações dos planejadores que trabalham com centros históricos. A população de maior renda, que num determinado momento se deslocou para a periferia, na esperança de encontrar valores supostamente melhores, como áreas verdes, descongestionamento, ar puro, etc., após quatro ou cinco décadas, chegou à conclusão de que os problemas urbanos afetam tanto o centro quanto a periferia. Morando na periferia de Milão, uma pessoa tem os mesmos, senão maiores, problemas de poluição, de transporte, de insegurança, que vivendo no centro. E morar no centro é muito compensador, na medida em que tudo está perto, e existe uma concentração de equipamentos culturais e de lazer muito grande: teatros, cinemas, bibliotecas, museus, bares, etc. Esta população está hoje medindo forças com os atuais ocupantes do centro histórico, disputando no aluguel, disputando na compra do imóvel para retornar ao centro. Um fenômeno desse não acontece no Brasil, ou pelo menos na Bahia. Ele traz outros problemas, como a expulsão da população, mas representa um posicionamento perante o centro. Com relação à nossa cidade, o centro histórico representa apenas uma imagem pitoresca: é "daquela casa que morou Jorge Amado; o Quincas Berro d'Água desceu por aqui; você se lembra do filme de Dona Flor? Foi aqui nesta igreja"! É essa visão pitoresca de uma coisa que não o afeta, que não afeta o seu dia-a-dia. Eu passo meses sem ir ao centro da cidade, porque as dificuldades para se atingir o centro são crescentes e deliberadas. Pode parecer uma interpretação maliciosa, mas todo o processo de deterioração do centro histórico está ligado ao interesse de consolidar novos centros de troca, de comércio. O comércio tradicional da Cidade de Salvador foi, nos últimos anos, todo alienado. Hoje, não existe mais nenhuma cadeia de lojas baianas, existem apenas pequenas lojas isoladas. As cadeias que existiam caíram nas mãos do capital sulino. É todo um processo, muito conhecido, de colonização interna. Os comerciantes que não venderam suas lojas tiveram de se subordinar e de repartir seus lucros com essas superestruturas que são os *shopping centers*. O comércio baiano só despertou para o que estava acontecendo muito tarde. Este fenômeno não afeta apenas o centro histórico, mas toda a cidade consolidada até meados deste século. Hoje, é enorme a queixa dos comerciantes. Eles estão sentindo na pele a discriminação. Há quase que um bloqueio ao centro antigo. Criaram-se as maiores dificuldades para a circulação no

centro da cidade, para o estacionamento, e criaram-se as maiores facilidades, a mais cara infra-estrutura à margem do Acesso Norte, na Rodoviária, naquela zona toda do Iguatemi. Foi a condenação à morte do centro histórico e do comércio tradicionalmente baiano.

P — Eu gostaria de fazer uma pergunta, embora não conheça a Cidade de Salvador, nunca tive oportunidade de conhecê-la, e pelo que você relatou dá a impressão de que é muito pior do que a cidade de São Paulo, apesar dos violentos problemas que a gente enfrenta aqui, dá a impressão de que a coisa lá em Salvador é mais caótica, ainda mais absurda, mais burra. Agora, especificamente com relação ao centro velho, ao Pelourinho, pelo que você coloca, um problema grave que ele tem, a curto e médio prazo, é o esvaziamento de funções centrais, comerciais, administrativas, que emigraram para outros pontos, e está num abandono cada vez mais ocupado por uma população marginal que não tem nem condições de manter os imóveis, de manter as atividades mínimas urbanas da região. Agora, me deu a entender numa passagem do seu discurso que existiria a longo prazo a possibilidade de uma valorização dessa área, tanto que os proprietários não têm intenção de vender as suas propriedades. Dá a impressão de que é um processo onde está se esperando aquilo acabar, não sei como isso aconteceria exatamente, e surgir um novo *boom* de verticalização onde haveria talvez uma valorização futura mais a longo prazo. E, tanto numa situação como na outra, me parece que os aspectos culturais desse patrimônio urbano vão desaparecer, quer dizer, independe de se acontecer esse *boom* futuro ou não, essa decadência gradual vai acabar destruindo essa região e, futuramente, se houver esse processo de especulação, também vai acontecer isso. Gostaria de saber como você veria, que soluções mais urgentes você daria tanto para se manter uma utilização ou tentar levar uma utilização que emigrou dali para tentar revigorar em termos funcionais esse centro velho, quer dizer, se você conseguiria apontar algumas soluções. E, também, que soluções você poderia ver para que um processo de especulação não avançasse por essa área e, se avançasse, não descaracterizasse formalmente esse espaço, principalmente relacionado com novas construções. Você comentou que cada vez é maior o número de lotes vazios, inclusive já existem projetos, idéias de ocupação desses lotes. Como esse processo de substituir por um novo não descaracterizaria essa ambiência muito agradável desses núcleos coloniais, portugueses, e que parecem ter uma paisagem muito forte e agradável?

P — Bom, a sua pergunta são várias perguntas. Vou ver se consigo me recordar de cada uma delas e responder a cada uma delas.

P — Só resumindo então, talvez, em duas: a questão do uso e depois da paisagem.

PO — Vamos lá. Se faltar alguma coisa você me lembra. O problema é que existe um valor potencial no centro. O centro de Salvador sempre teve uma localização um pouco excêntrica, na medida em que tendo ela nascido próxima ao porto, seu crescimento se fez em forma de leque. Nesse sentido ela se parece com outras cidades-porto, como Chicago, que está à beira de um lago, e tomou a forma de um meio círculo. Isto ocorre em Salvador, mas de qualquer modo seu centro tem uma posição equidistante dos bairros tradicionais, o que dá ao núcleo histórico uma potencialidade muito grande como área central. Existe, da parte dos proprietários, uma consciência, talvez não verbalizada, do seu potencial como solo urbano central. Como é que se dá o processo especulativo dentro do centro histórico? Todos os programas de revitalização ou renovação urbana trazem no bojo o perigo de deflagrar um processo especulativo. O pessoal da economia urbana, especialmente americano, já estudou isso. Os preços de imóveis são ditados por dois fatores: características do imóvel — se é bem construído, se tem bom acabamento, etc. — e localização. Qualquer um de nós sabe que dois apartamentos iguais, desses que os incorporadores imobiliários produzem com a mesma planta e especificação em diferentes bairros, um sempre tem maior preço de mercado, em função de sua localização num bairro mais *chic* ou mais modesto. Num programa de revitalização de centros históricos, a menos que se tome precauções, normalmente os proprietários se negam a participar, a investir, e preferem esperar os efeitos das inversões feitas pelo poder público ou até mesmo por algum privado mais afoito. Dando um exemplo esquemático: se você admite um quarteirão deteriorado, considerado negro em termos de mercado, com dois imóveis, qualquer inversão feita por um dos proprietários não terá retorno compensador. Será muito mais vantajoso eles fazerem a mesma inversão num imóvel da periferia onde não exista o estigma de área negra. Isto explica por que a maioria dos investimentos imobiliários se dirige para setores periféricos. Mas, se um dos proprietários resolve, por razões puramente sentimentais, recuperar um desses imóveis, irá naturalmente conseguir uns trocados a mais no aluguel, embora não seja uma operação compensadora. De qualquer modo, ele cum-

priu uma função social importante, ao transformar aquela área que era considerada “negra” em uma área “cinza”. Ora, no momento em que aquela área passa a ser cinza, porque ela é uma mescla de 50% recuperado e 50% deteriorado, o vizinho passou a preceber o resultado dessa valorização sem ter investido nada. Dentro, portanto, da lógica do mercado não é interessante para nenhum proprietário de zonas como o Pelourinho fazer investimento, senão aguardar que outros o façam, especialmente o poder público. Isto é, ao meu ver, uma forma de especulação e é exatamente o que ocorre no Pelourinho. Quem tinha um imóvel no Largo do Pelourinho, experimentou essa valorização sem ter feito nenhum investimento. Esse é o mesmo mecanismo de engordar lotes em zonas periféricas de grande dinamismo. Embora, em princípio, na definição de objetivos, a Fundação tenha abraçado a posição de manter a população local, na prática ela não tomou nenhuma medida para que esse fenômeno não ocorresse. Então, o que aconteceu no Largo do Pelourinho foi a expulsão dos moradores, ainda que não deliberadamente, e o mesmo vai ocorrer no Maciel e em outras áreas. Os valores dos imóveis e os preços de aluguéis vão subir e essa população vai ser expulsa dali, de uma forma ou de outra. Esse processo especulativo existe no Pelourinho. Por isto, um proprietário, quando convocado, não comparece. A ele não interessa investir. É melhor esperar que o investimentos públicos valorizem o seu imóvel. Mas existem formas mais violentas de especulação em áreas tombadas, que consistem em permitir e até propiciar a destruição dos monumentos. Isto ocorre geralmente na periferia de sítios urbanos tombados ou com monumentos isolados. Em termos de especulação urbana o que vale — e nós, arquitetos, sabemos disso — é o lote, não a construção. A maioria dos imóveis nas áreas centrais não vale nada, o que vale é o solo e a sua localização. O tombamento, por suas próprias características, grava a construção, grava aquilo que foi feito sobre o lote urbano. Ora, na medida em que essa construção perder as suas características e não mais justifique o tombamento, ou que ele desabe, o lote urbano volta a ter o seu valor integral.

Por isso incêndios dolosos ou, simplesmente, tirar o telhado e deixar que o imóvel se arruine é um expediente muito comum nessas áreas. Eu estou voltando de Montevideu, como disse. O governo militar cancelou o tombamento de uma série de imóveis. E o que é mais grave, para disfarçar o destombamento de imóveis, que alguns deles tinham interesse, se destombou um número muito maior de monumentos, quase tudo. Imediatamente, os proprietários demoli-

ram os imóveis e transformaram em estacionamento. O estacionamento é uma solução ideal para o especulador imobiliário. Primeiro, produz uma alta rentabilidade, sem ser feito nenhum investimento, muito maior do que, por exemplo, o aluguel. Cobra-se estacionamento por hora e não por mês. Segundo, a liquidez de um terreno baldio é muito maior do que de um construído. Sua liquidez é comparável à de papéis no mercado de capitais. Por isso os estacionamentos no centro histórico de Montevideu estão se alastrando de uma maneira fantástica. É extremamente compensador. Mas isto provocou uma reação da população, especialmente de classe média. Um grupo de arquitetos se reuniu e, aproveitando uma pequeníssima abertura política, elabora dois audiovisuais com imagens do que era primitivamente o monumento e do terreno baldio atual, tendo como narrativa as citações de algumas recomendações nacionais e internacionais. Isto provocou um tal movimento na cidade que à Prefeitura teve de assumir uma posição. Antes sua postura era: "Os problemas do centro histórico não nos tocam, isto é atribuição do Governo Central, do Ministério da Educação e Cultura. Nós não temos nenhuma ingerência nesse problema. É problema deles". Diante da pressão da comunidade, a Prefeitura voltou atrás e resolveu criar uma comissão para estudar o problema. Disto resultou um convênio com a Sociedade de Arquitetos, uma novidade em termos locais, exatamente para fazer um inventário que servirá de base à nova política do centro histórico. Movimentos comunais têm mais força do que se imagina. Um movimento semelhante surgiu no Pelourinho, mas simplesmente se perdeu no caminho.

P — Por causa do Pelourinho, essa comissão que havia e que delegou ao prefeito a presidência, a população, por exemplo, do Maciel, de que maneira participa ou não participa dessa discussão toda em que, no final de contas, é o foco central?

PO — Essa comissão era constituída, na sua maioria, até onde eu pude verificar, por pequenos comerciantes, muitos deles espanhóis. Há muitos galegos na Bahia que fizeram fortuna nessa zona — donos de armazéns, confeitarias — e que têm uma identidade com o bairro, sincera pelo que eu pude sentir. Tem brasileiros, naturalmente, mas me chamou a atenção o número de espanhóis, de galegos, que estavam ali. Muitos já são filhos de espanhóis, mas todos estão sentindo na pele o problema dos assaltos, do esvaziamento do centro. Essa é uma das frentes. A outra frente é a Igreja, que tem muita prática de movimentos de base. Aparentemente nasceu dela, mas o cardeal, que foi convidado para presidir a

comissão, não aceitou. Existe no centro de Salvador uma série de irmandades religiosas que cumprem tradicionalmente a função de congregar gente em função de seus interesses; as associações de negros, as associações de comerciantes, as ordens terceiras e outras irmandades. No passado elas tiveram um papel muito importante como associações, como grêmios, inclusive profissionais, que organizados como irmandades religiosas também exerciam funções de pressão, com uma representatividade grande. Essas irmandades do centro da cidade estão, hoje, muito enfraquecidas. São constituídas por população de pouco recurso, na maioria gente de cor, mas que ainda guardam uma tradição. Além dessas, se juntaram outras instituições, como a ABI — Associação Baiana de Imprensa —, que está sediada na Praça da Sé e vive o problema da insegurança e, além do mais, tem acesso fácil aos meios de comunicação. Falar-me que havia representantes de associações de moradores, mas, pelo público que vi na sessão de instalação, não havia nenhuma pessoa que pudesse lembrar um representante de associação de bairro, um morador. Outro fato importante é a extrema rotatividade da população que mora no centro. Trocam de imóveis quase que semanalmente, devido à falta de crédito. Eles têm dinheiro para pagar uma semana antecipada, na melhor hipótese, mas no final da semana, não tendo como pagar, vão viver, transitoriamente, com algum vizinho, enquanto se capitalizam para se estabelecerem novamente. Estes mecanismos não estão suficientemente estudados. O que está comprovado é a alta rotatividade dessa população. Em alguns cortiços o pagamento é antecipado a cada dia. Pagou, dorme, não pagou, vai embora. É uma população que vive em função do centro da cidade e se for deslocada vai sofrer ainda mais, porque vive de vender nas filas dos ônibus, de cuidar dos carros — agora que proibiram o estacionamento, vão perder essa renda — é gente que faz faxina de escritórios e lojas, são prostitutas. O centro é também uma área — como é que se pode dizer — de submundo, de venda de “fumo”, de recepção de roubo, de violência policial. É tudo misturado, tem família vivendo com prostituta, tem tudo. Há um trabalho interessante do sociólogo Jefferson Bacelar sobre a família prostituta do Pelourinho. Há guardadeiras de criança, mulheres que tomam conta de filhos de prostitutas, ou eventualmente de mulheres que trabalham. É uma loucura. Acabei fazendo uma digressão enorme, não sei se respondi.

P — Sobre a participação dessa população, porque, no final das contas, é um instrumento potencial de pressão. Mas, pelas

próprias características sociais desse núcleo, é muito difícil de se constituírem em grupos de representação dada a mobilidade, pelo que pude entender...

PO — Há uma mobilidade muito grande, mas intrabairro. Eles mudam muito de local dentro do próprio bairro e existe, também, gente que entra, gente que sai.

P — Porque essa pergunta vinha a propósito da tua colocação, do teu pessimismo em relação à possibilidade de se conseguir alguma coisa, de fazer um trabalho mais global nessa área, inclusive a dificuldade de instrumentos de pressão, pensei o seguinte: se a própria população não poderia, desde que mobilizada de alguma forma, funcionar como instrumento de pressão...

PO — A que mora ali dentro?

P — A que mora ali dentro. E se isso está sendo cogitado pelos grupos que estão propondo alguma coisa para a área.

PO — Olha, que eu tenha percebido, não. A comissão, para mim, tomou um caráter inteiramente diverso do original. Posso fazer uma avaliação disso através do que sai nos jornais. Durante o período de organização, porque alguns de seus membros eram jornalistas, saía matéria todos os dias sobre o bairro, havia pressão. Agora cessou. Nessa comissão o morador tem muito pouco espaço. A possibilidade de expressão dele é muito pequena, porque essa população é considerada, por grande parte da classe média e das autoridades, como uma população *out law*, marginal: o maconheiro, a prostituta, o foragido. É, na verdade, uma população que vive na clandestinidade, que não pode aparecer.

P — Dentro desse seu pessimismo todo, nem com a Câmara de Vereadores, que tem 90% de vereadores do PMDB, não está funcionando nada, não estão pressionando o prefeito? Ele está fazendo o que quer?

PO — A Câmara de Vereadores pode ser uma possibilidade, pode ser uma esperança. Mas até o momento o centro da cidade não constituiu para ela uma preocupação. Aliás, eu sinto que os vereadores estão muito menos interessados em fazer um plano para a cidade, criar um programa de ação, do que mesmo contestar a legitimidade do poder executivo. Até esse momento, a Câmara de Vereadores está mais exercendo a função de limitar os poderes do executivo municipal do que mesmo de elaborar um projeto para a cidade, que seria uma forma de cooperação com o executivo. Eu não sinto nesse momento nenhum projeto para a cidade. Projeto no sentido amplo, de algumas causas a defender.

P — Aqui em São Paulo, ou no Estado de São Paulo, há um caso quase semelhante ao da Bahia. No caso da Bahia, as características do próprio desenvolvimento, da evolução histórica da cidade, as condicionantes topográficas, uma série de fatores que caracterizam o caso baiano, o Distrito da Sé, em São Paulo não teria coisa similar. Você mesmo disse que é um caso muito peculiar. Agora, aqui, nós temos a cidade de Santos, em que o prefeito é nomeado via governo federal, porque é uma área considerada de segurança nacional. Recentemente foi anunciado para a população a aprovação de um projeto executado pela EBTU, citada por você, e agenciado pelo BID, em convênio com a prefeitura de Santos. É uma coisa tratada a nível de gabinete, com desconhecimento total de diversos setores da população, tanto que os jornais nas últimas semanas, um dos jornais locais pelo menos, que é uma empresa da *Folha de S. Paulo*, vem fazendo uma grita diária e alguns vereadores do PMDB, existe a Câmara funcionando lá, vêm fazendo uma grita com relação a esse projeto que foi feito completamente à revelia da população sem qualquer avaliação, sem qualquer discussão. Agora, no caso de Salvador, parece que esse projeto de circulação, de transporte, você deu o nome...

PO — TRANSCOL.

P — ... que o TRANSCOL não atinge diretamente a área tombada.

PO — Atinge na medida em que criou bloqueios.

P — Claro, evidentemente. Aqui, no caso de Santos, eu tenho a impressão de que, diferentemente, o projeto de circulação... em Santos não existem áreas tombadas, existem monumentos isolados, eles têm uma seqüência quase que linear pegando toda a faixa portuária central, do centro antigo de Santos, onde tem vários monumentos tombados pela SPHAN, pelo CONDEPHAAT que é um órgão estadual: a antiga Bolsa de Café de Santos, uns casarões e o Mosteiro de São Bento também, estação ferroviária, tem cerca de uns nove, dez monumentos praticamente tombados ali na zona central. Parece que a única saída deles de viabilização para que não sejam levados à ruína pela força da renda diferencial, da renda do solo, me parece que seria o caso de tombamento, inclusive para poder controlar o entorno desses monumentos, de extensão do tombamento ao conjunto de quadras, que são características com construções feitas pelo comércio cafeeiro, alto comércio de exportação do café de 1880, 90, 1910 até a da crise de 30, uma seqüência mantendo o conjunto homogêneo. Você tem ainda quadras onde seria possível

a extensão do tombamento talvez a nível estadual ou, quem sabe, federal. Nesse caso, em que esses prédios teriam também que se definir? O uso deles está se deteriorando, o comércio cafeeiro está em baixa, é uma zona que está nessa expectativa de ver o que se vai fazer com aqueles terrenos, aquelas construções que, provavelmente, com esse plano, AGROURB, seriam hipervalorizadas. Então, se fossem tombados como conjuntos, criaria um impasse entre um projeto aplicado diretamente em centros tombados; diferentemente do que ocorre em Salvador, ele é direto. Haveria talvez possibilidade de outras áreas de tombamento a nível estadual, não sei, como Santos é uma área de intervenção federal a nível de patrimônio estadual o CONDEPHAAT está...

PO — Não, eu acho que não há nenhum inconveniente. Acho que uma coisa não entra em conflito com a outra, acho que pode e deve ser tombado pelo Estado.

P — Sim, mas o que estou dizendo é que aí vai haver um confronto entre a figura do tombamento diretamente e esses planos colocados ou dirigidos, além da direção espontânea de indivíduos ou grupos ligados ao poder político. Você tem esses planos dirigidos, como esse AGROURB, exemplo para Santos, e o TRANSCOL para lá. Então, aí vai haver um confronto quase direto. E vai ter de ser armada uma estratégia qualquer. Acho que isso seria um ponto de discussão porque aproxima a questão de centros históricos tombados, no nosso caso paulista aqui.

PO — É, eu acho que uma das esperanças é se desmontar essas grandes empresas federais que interferem nos municípios, diretamente ou através dos Estados. Eu vou-lhe dar uma idéia do absurdo. Nós temos, como São Paulo e outras capitais têm, uma companhia da região metropolitana, chamada CONDER. A área metropolitana de Salvador compreende oito ou nove municípios em que apenas um não é de segurança nacional e, portanto, tem prefeito eleito. Um, Itaparica, porque é uma estância hidromineral; o outro, Lauro de Freitas, por possuir um aeroporto; outro porque tem uma refinaria de petróleo, e assim pelos motivos mais incríveis. Essa já é, portanto, uma região controlada pelo Governo Federal, completamente. Bom, como se não bastasse isso, os técnicos dessa companhia metropolitana sentaram-se à mesa e pegaram aquele território todo, ignoraram as suas fronteiras políticas, e redividiram a região metropolitana em 23 áreas administrativas. Há áreas que estão assim: metade em um município, um terço no outro, e assim

por diante. Supõe-se que o vice-rei vai determinar o que deve ser feito, à revelia das populações, das Câmaras dos Vereadores, dos prefeitos. O abuso do poder no Brasil é uma coisa inacreditável, porque a Lei no Brasil, ao contrário do que ocorre nos países realmente democrático, a Lei vigente no Brasil, a Constituição vigente, não estabelece limites para o próprio poder público. Estabelece limites para o cidadão, estabelece limites para a empresa privada, mas não para o governante, não para a empresa estatal. O reajuste semestral dos salários deve ser pago por todos, mas o governo não paga. Toda dívida deve ser corrigida monetariamente, mas o governo não paga. É uma coisa de causar espanto para qualquer jurista, para qualquer pessoa com um pouco de formação democrática. O que acontece na cidade é um reflexo disto. O que aconteceu em Salvador é basicamente isso. O presidente da EBTU afirma que está fazendo um bom trabalho. Eu o respeito como técnico, mas não posso acatar a colocação política implícita. Uma empresa de transportes urbanos, com sede em Brasília, intervém em cada uma das capitais fazendo obras sem a audiência da população, nem de ninguém, da maneira mais vertical. São obras de bilhões de cruzeiros que se refletem na vida de todo mundo. Esse plano de transporte na cidade de Salvador não foi divulgado nem para efeito de demonstrar ao público como usá-lo.

P — Pois é, o que teria chamado esse plano, Paulo Ormino, o que teria provocado esse plano?

PO — Posso lhe dizer que o financiamento é do BID. Todos os seus financiamentos, curiosamente, estão dirigidos para a área de transporte de massa, porque os sócios do BID estão interessados em vender os novos equipamentos de transportes de massa. Tudo isto surge de fora para dentro. Cheguei agora de Montevideú e encontrei a mesma coisa. Financiado pelo BID eles estão fazendo viadutos, cortando bairros pelo meio, etc. Tudo que é financiado pelo BID é a mesma coisa, é igualzinho.

P — Eu digo isso também porque você não desconhece que existe, coisa de dois anos mais ou menos, e eu tenho conhecimento disso, um ajuste, um acordo a nível central, lá em Brasília, entre a EBTU e a Fundação Nacional Pró-Memória para que ela orientasse os investimentos da EBTU nas áreas de grande necessidade de transformação, de preservação dos centros.

PO — Olha, eu lamento dizer, mas não foge à regra do despotismo esclarecido.

P — Ah, não. Ainda ausente da população...

PO — Politicamente é o mesmo erro, quer dizer, não têm legitimidade, não têm representatividade os que decidem. Desculpe-me se tiver algum representante da Pró-Memória.

P — Eu sou da Pró-Memória.

PO — É a mesma coisa que o EBTU firmar um convênio com a Rede Ferroviária Federal para articular melhor seus serviços. A colocação do problema é que está errada. A população local continua não sendo ouvida.

P — Quer dizer, ainda ausente de toda a realidade. A coisa é transada lá com outro movimento, com outros ajustes e que se desconhece aqui. Santos, eu citei exatamente como um caso desses, como um exemplo disso.

PO — Esse projeto de Salvador, o TRANSCOL, é uma coisa ridícula. Você imagine, um cruzamento de rua, daquelas ruas da cidade de Salvador com pistas estreitíssimas, de oito metros, e no meio do cruzamento uma bolota para os carros fazerem a volta. Você não vê isto em lugar nenhum do mundo. Meios-fios desta altura, que, além do mais, avançam na pista em pendentes que trazem água para dentro dos estabelecimentos comerciais. O nível do desenho desses meios-fios, desses passeios, é de uma qualidade execrável. Para legitimar o arbítrio, se acena com o computador, com o modelo reduzido, com o modelo simulado. Uma babaquice completa. Dinheiro jogado fora, a rodo, que não vai resolver coisa nenhuma. A população já está sentindo que o transporte piorou.

P — Paulo Ormino, no caso de Santos, a área central da cidade, o centro antigo, é ocupado por uma população similar à do Pelourinho ou do Distrito da Sé, de Salvador. Nesse caso em que esse projeto está sendo feito, a população também tem as mesmas dificuldades de expressão, e o problema do ajuste, é preciso um empreendimento da prefeitura, do prefeito nomeado, dessas agências centrais, e essa renovação do centro urbano. Isso está sendo feito e leva a um interesse de uma reformulação do comércio central, do consumo talvez de um *shopping center* gigantesco, a cidade que vai se deslocando para a periferia, cada vez mais afastado, ir para a zona das praias, vai crescendo verticalmente. Lá, o jogo é outro, tem de entender, com a diferença de que aqui, em princípio, você tem a expectativa de que o órgão estadual de preservação, que dispõe de uma lei e que também está ligado ao poder público, à administração pública que, em princípio, foi alterada como perspectiva de governo, como política social, você ainda teria essa perspectiva no caso aqui de Santos que não se compara ao peso que é o caso de Salvador.

PO — A gravidade no nosso caso é muito maior.

P — É a gravidade, mas mesmo assim, para essa transformação em que a população é jogada na sua globalidade e perde a noção de onde começam e terminam esses objetivos, esses empreendimentos. No caso de Santos você ainda teria a possibilidade de que a administração pública estadual, embora fosse uma área de intervenção federal, os organismos públicos e os partidos políticos pudessem agir no sentido de ter um peso de intervenção naquelas áreas, ou de mobilização. Pelo menos, isso diferencia o caso de Santos do de Salvador.

PO — A diferença não é muito grande. Na medida em que se decretou a falência do município brasileiro, os prefeitos locais, sejam eles de oposição ou de situação, todos, para realizarem qualquer coisa, e isto é indispensável para a continuação do poder, têm de ir ao governo central pedir recursos. E os recursos não são dados para implementar uma política decidida a nível local. Não, já vem prontinho o projeto, o pacotinho, e só cabe ao prefeito implementá-lo. O problema realmente só será resolvido com a revisão de todo o ordenamento jurídico do município brasileiro, dando-lhe mais poder, senão, fazer plano diretor é uma brincadeira. O caso de Salvador é dramático em todos os aspectos. Não é só com respeito ao centro, é tudo. O problema de mão-de-obra que se desloca todos os dias para ir trabalhar fora da cidade é uma loucura. Nada está resolvido.

P — Lembrando que o Paulo Ormino vai voltar no segundo semestre para falar sobre inventários, acho que poderíamos encerrar a sessão, agradecendo a sua presença e a presença de Marco Aurélio hoje nas sessões dos nossos seminários.

PO — Muito obrigado a vocês, também.